



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**2ª Câmara**

**PROCESSO TC Nº 15395/18**

EMENTA: PODER EXECUTIVO ESTADUAL – ADMINISTRAÇÃO INDIRETA – INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA – ATO DE GESTÃO DE PESSOAL – APOSENTADORIA – APRECIÇÃO DA MATÉRIA PARA FINS DE REGISTRO – ATRIBUIÇÃO DEFINIDA NO ART. 71, INCISO III, DA CONSTITUIÇÃO DO ESTADO DA PARAÍBA, E NO ART. 1º, INCISO VI, DA LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL Nº 18/1993 – EXAME DA LEGALIDADE – Regularidade na fundamentação do ato e nos cálculos dos proventos – Preenchimento dos requisitos constitucionais e legais. Concessão de registro do ato de aposentadoria e arquivamento dos autos.

**ACÓRDÃO AC2 TC 01268/2019**

**1. INFORMAÇÕES GERAIS**

ÓRGÃO: PB PREV – Paraíba Previdência

AUTORIDADE HOMOLOGADORA: Yuri Simpson Lobato (Presidente)

BENEFÍCIO: Aposentadoria

BENEFICIÁRIO(A): LAUDINETE AZEVEDO LUCENA PESSOA

CARGO: Assessor para Assuntos de Administração Geral

MATRÍCULA: 079.205-5

LOTAÇÃO: Vice Governadoria

ATO: Portaria – A – Nº 1404, publicada no DOE de 24/08/2018.

IDADE: 66 anos

TEMPO DE CONTRIBUIÇÃO: 14.594 dias

FUNDAMENTAÇÃO DO ATO: Art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88 com redação dada pela EC 41/03, c/c art. 1º da Lei 10.887/04 (OPÇÃO fl. 52).

**2. ANÁLISE DA AUDITORIA**

A Auditoria, com base nos documentos encartados aos autos, emitiu o relatório inicial, fl. 65/69, constatando, resumidamente, inconformidades quanto à fundamentação do ato concessório, dos cálculos proventuais e ausência de certidões de tempo de contribuição.

Após a regular instrução técnica da matéria, inclusive com apresentações de defesa através do Documento TC nº 05081/19, o corpo técnico desta Corte, em sua última peça, fls. 166/168, constatou que a Autoridade Responsável enviou as certidões faltantes, sanando assim essa inconformidade. Todavia, manteve o entendimento adotado desde o princípio, no sentido de que a regra do art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a", da CF/88, aplicada ao beneficiário, fere o art. 40, § 2º, da CF, vez que o valor do benefício (R\$ 1.443,18) resultou maior que o valor da última remuneração do servidor no cargo em que se deu a aposentadoria (R\$ 1.021,49), isto porque foi incluída indevidamente a parcela remuneratória referente a uma GAE (Gratificação de Atividade Especial). Destarte, sugeriu a notificação da PBPREV para retificação da portaria, fazendo constar a regra do Art. 3º, I, II e III, da EC 47/2005, tendo vista ser a regra mais benéfica para o servidor e retificar o cálculo dos proventos.



**TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO**  
**2ª Câmara**

**PROCESSO TC Nº 15395/18**

**3. MINISTÉRIO PÚBLICO JUNTO AO TCE/PB**

Por meio do Parecer nº 00635/19, fls. 171/178, subscrito pelo d. Procurador Luciano Andrade Farias, o *Parquet* pugnou, após comentários e citações concordantes com o órgão de origem, pela legalidade da aposentadoria e conseqüentemente pela concessão do competente registro do ato aposentatório do Sr. Laudinete Azevedo Lucena Pessoa.

**4. PROPOSTA DE DECISÃO DO RELATOR**

Alinhado ao *Parquet*, o Relator propõe aos Conselheiros da Segunda Câmara deste Tribunal que julguem legal a aposentadoria em exame e concedam registro ao respectivo ato.

**5. DECISÃO DA SEGUNDA CÂMARA**

Vistos, relatados e discutidos os autos do Processo TC 15395/18, ACORDAM os Conselheiros integrantes da Segunda Câmara do Tribunal de Contas do Estado da Paraíba, por unanimidade, na sessão realizada nesta data, em julgar legal e conceder registro ao ato de aposentadoria do(a) servidor(a) LAUDINETE AZEVEDO LUCENA PESSOA, no cargo de Assessor para Assuntos de Administração Geral, matrícula nº 079.205-5, lotado(a) na Vice Governadoria, tendo como fundamento o art. 40, § 1º, inciso III, alínea "a" da CF/88 com redação dada pela EC 41/03, c/c art. 1º da Lei 10.887/04, determinando-se o arquivamento do processo.

Publique-se e registre-se.

TCE – Sala das Sessões da 2ª Câmara, Miniplenário Conselheiro Adailton Coêlho Costa  
João Pessoa, 04 de junho de 2019.

Assinado 5 de Junho de 2019 às 08:13



**Cons. Arthur Paredes Cunha Lima**  
PRESIDENTE

Assinado 4 de Junho de 2019 às 13:14



**Cons. Subst. Antônio Cláudio Silva Santos**  
RELATOR

Assinado 4 de Junho de 2019 às 15:54



**Sheyla Barreto Braga de Queiroz**  
MEMBRO DO MINISTÉRIO PÚBLICO